

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA A INCLUSÃO SOCIAL DAS MULHERES

Maria Lídia dos Santos Costa ¹
Kamila Karine dos Santos Wanderley ²

RESUMO

Este estudo analisa a trajetória histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, destacando as desigualdades de gênero e classe que marcaram sua evolução. A pesquisa aborda desde as restrições do século XIX, quando a educação de adultos era voltada majoritariamente para homens, até as transformações do século XX, impulsionadas por movimentos populares que reivindicaram o direito à educação para camadas marginalizadas da sociedade. O estudo se fundamenta em autores como Paulo Freire (1987), cuja concepção de educação libertadora influenciou políticas educacionais voltadas para a EJA, e Hooks (1994), que discute educação pode ser um ato de liberdade, capaz de transformar vidas. Metodologicamente, utilizamos a análise documental e revisão bibliográfica, explorando legislações, relatos históricos e dados estatísticos sobre a oferta da EJA no país. Os resultados apontam que, apesar dos avanços legislativos e das iniciativas voltadas à ampliação do acesso, persistem desafios estruturais, como a evasão escolar e a precarização das condições de ensino. Conclui-se que a efetivação do direito à educação para jovens e adultos demanda políticas públicas mais efetivas, que considerem as especificidades dessa modalidade e garantam uma educação emancipatória, alinhada às necessidades das populações historicamente excluídas, visto que a EJA pode desempenhar um papel crucial na inclusão social de pessoas marginalizadas socialmente.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, História da Educação, Inclusão Social, Mulheres.

INTRODUÇÃO

Ao longo da trajetória da evolução da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, pode ser observada a notável exclusão de mulheres e de classes sociais mais carentes, no século XIX, no qual apenas homens qualificados pelas regras impostas, tinham acesso ao ensino. Dessa forma, na sociedade, a luta para que a mulher tivesse direito ao acesso à educação excedeu séculos e ainda assim, é um ambiente desafiador para permanecer.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a evolução histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, com foco nas desigualdades de gênero enfrentadas pelas mulheres. Também tem como objetivos específicos: 1. Identificar os desafios enfrentados pelas mulheres dentro da Educação; 2. Descrever a trajetória do

¹ Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, mlidiasantoscosta13@gmail.com;

² Doutora em Educação da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, kamilakarinesw@gmail.com.



Traremos a seguir, uma análise histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, destacando as desigualdades de gênero e classe que marcaram sua evolução.

Abordando desde as restrições do século XIX, quando a educação de adultos era limitada a homens, até as mudanças ocorridas no século XX com a inclusão de camadas sociais marginalizadas, principalmente com a influência de movimentos populares.

1.1 Evolução e Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

O percurso na EJA precisa contemplar as diversidades do seu público e não se limitar a caminhos únicos e niveladores (Leite, 2013, p. 293).

Historicamente, a educação escolar no Brasil originou-se com os jesuítas em 1549³ que catequizavam os indígenas durante a colonização. No período Pombalino, a educação se desvinculou da religiosidade, com as Reformas Pombalinas implementando um ensino laico e público no país.

Nesse contexto, a Educação de Adultos ao longo dos anos passou por diversas modificações devido às mudanças nas políticas brasileiras. Como é destacado no quadro abaixo:

Quadro 1. Marcos Históricos da Educação no Brasil

ANO	ACONTECIMENTOS
1878	Ano em que foram criados cursos apenas para homens adultos que não eram alfabetizados.
1934	Ano em que o Plano Nacional de Educação (PNE) foi criado, ofertando a educação pública para todos.
1940	Duas campanhas surgiram: o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA) e a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Também houve o Congresso Nacional de Educação de Adultos.
1958/61	Época em que a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) surgiu.

³ A educação formal brasileira inicia-se no período do Brasil Colônia, com a chegada dos jesuítas, em 1549, sob a orientação do Padre Manoel da Nóbrega. Estes religiosos foram responsáveis pela instrução e catequização até o ano de 1759, quando o Marquês de Pombal os expulsou e implantou as Reformas Pombalinas. O objetivo fundamental dessa mudança era a implantação do ensino laico (desvinculado de aspectos religiosos) e público (acessível a todos) (Melo, 2012, p. 9).



1959/69	Momento histórico onde o Sistema de Rádio Educativo da Paraíba (SIREPA) espalhou-se por todo o Brasil.
1970/85	Surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) ⁴ .
1985/90	Com o intuito de democratizar a Educação, após o fim da Ditadura Militar no Brasil, surge a Fundação Educar.
1996	Surge a aprovação da Lei de Diretrizes e Base da Educação onde afirmou a importância da EJA gratuita para todos.
2005	No Decreto N° 5.478, surge o programa de integração da educação profissional na modalidade da EJA.
2006	No Decreto N° 5.840, amplia o programa e cria o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)
2014	20 metas para o decênio foram estabelecidas pelo PNE, tendo até o ano de 2024 a serem cumpridas.
2024	Surge o Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação na Educação de Jovens e Adultos.

Fonte: Adaptado de Journal48⁵ (2021).

Ao fazermos uma análise do quadro, podemos observar as grandes mudanças que a Educação de adultos sofreu ao longo dos anos. Logo, observando as modificações marcantes na história da Educação, pode-se destacar a criação do PNE, as campanhas populares que existiam no país, além de outros projetos. Entretanto, traremos destaque em alguns períodos, explicitando os anos que estão destacados da cor cinza no quadro. Com isso, destacamos o ano de 1878, época em que a Educação de Adultos era fornecida apenas aos homens. De acordo com Keller e Becker (2020, p. 05):

⁴ Nos anos 1970, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) se fez presente na sociedade brasileira, durante o regime ditatorial, visando alfabetizar um maior número de pessoas. Entretanto, segundo Beluzo e Toniozzo (2015, p.201) “Os educadores criticavam os métodos de alfabetização utilizados, dizendo que os mesmos, produziam males; que os alunos voltariam a ser analfabetos e que o governo não queria educar nenhum indivíduo.” Em vista disso, podemos notar a crítica abordada sobre a qualidade da Educação naquela época, onde, a visão tradicional do ensino estava sendo utilizada.

⁵Disponível em:

<https://journal48.com/educacao-e-familia/analfabetos-sao-realidade-no-pais-eja-e-caminho-para-resolver-problema/>





No entanto, as mudanças mais recentes na Educação de Adultos ocorreram durante o Brasil República. De acordo com Leite (2013, p. 63),

No período iniciado em 1930 observou-se que a oferta de educação pública para todos começou a ter um novo sentido na história da educação brasileira. Basicamente, até aquele momento, a oferta de uma escola pública e gratuita que atendesse a população em idade escolar não era vista como uma prioridade.

Assim como foi destacado na linha do tempo, nos anos 30, a educação pública para todos surgiu, dessa vez, incluindo as classes sociais mais baixas, com a criação do Plano Nacional de Educação (PNE). Dessa forma, Leite (2013) destaca um momento fundamental na história da educação do país, antes disso, a Educação era privada para alguns, não sendo vista como uma grande prioridade para a sociedade, visto que a igualdade não era o foco, principalmente quando tratava-se de uma sociedade igualitária para as mulheres.

Entretanto, o foco dessa educação fornecida, era a alfabetização. Como pontua Leite (2013), antes desse período, a educação pública não era ofertada para todos. Na década de 40, foi criado o Serviço Nacional da Educação de Adultos (SNEA), servindo para direcionar o ensino supletivo para adultos. Além disso, muitos movimentos populares para a alfabetização surgiram, como é apontado a seguir:

Destacaram-se o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP), os Centros Populares de Cultura (CPCs), a Campanha de Educação Popular (CEPLAR) e a Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. (Galvão e Soares, 2006, apud Leite, 2013, p.103).

Esses movimentos ganharam maior notoriedade no nordeste brasileiro, trazendo maior atenção ao analfabetismo. Na Paraíba, a Campanha de Educação Popular (CEPLAR)⁶ ganhou força em 1962. Como aborda Fávero e Junior (1992, p. 07):

Após assistir uma palestra no MCP do Recife, durante a qual foi abordada a experiência de Paulo Freire, membros da equipe da CEPLAR, visitaram esse professor, que lhes expôs longamente o novo método da alfabetização e conscientização de adultos que estava desenvolvendo. Como resultado dos entendimentos com Paulo Freire, aqueles membros se comprometeram a realizar, em João Pessoa, uma experiência de alfabetização de adultos pelo novo sistema.

Nota-se a grande influência de Paulo Freire na construção de uma educação transformadora, especialmente pelo uso de seu método pelos membros da CEPLAR como

⁶ É importante destacar que a CEPLAR foi interrompida com a instauração da ditadura militar, implantada pelo golpe militar, em 1964, no Brasil.



ferramenta eficaz na alfabetização de educandos. Como destaca Brandão (2006, p. 9), “um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário[...]”. Com base nesse princípio, ao observar a realidade em que os educandos estavam inseridos, foi possível alfabetizá-los e conscientizá-los. A participação ativa dos alunos e o protagonismo dos educandos foram elementos essenciais nesse processo. Segundo Fávero e Júnior (1992), em João Pessoa, capital da Paraíba, o Método Freiriano foi aplicado inicialmente a um grupo de 15 mulheres domésticas, que conciliavam seu cotidiano com a educação, com o objetivo de alcançar sua alfabetização.

Em suma, a aplicação do método aconteceu durante o movimento que buscava a sindicalização do trabalho doméstico, para isso, as mulheres domésticas precisavam da alfabetização, visto que assim, teriam acesso à leitura dos documentos expostos. Contudo, era uma grande meta a ser cumprida em um tempo limitado. Como afirma Porto e Large (1995, p.48) “Alfabetizar um adulto em 40 horas era um desafio a ganhar pois a expectativa de muitos era grande”.

Dessa forma, constatou-se que em um curto período de tempo, as mulheres foram alfabetizadas, mesmo com alguns obstáculos, concluíram as 40 horas, onde foi aplicado o Método de Paulo Freire, aprendendo a escrever seus nomes e a leitura de pequenas frases, decodificando alguns textos. Desse modo, fica evidente, a importância e transformação que um método que visa a posição sociocultural de seus estudantes proporciona às camadas mais populares. Porto e Large (1995)⁷ destacam uma declaração feita pelo Pe. Juarez:

Referindo-se a essa experiência, Pe. Juarez Benício relembra: "Constatei o entusiasmo das domésticas e me empolguei com seus comentários: Toda vez, diziam elas, que a carne vem enrolada no jornal, a gente está entendendo o que diz o jornal (Porto, Large, 1995, p.48)

Essa declaração ressalta como a sociedade, apesar de seu “progresso”, ainda age de forma excludente. Para muitos, o simples ato de ler um jornal é uma tarefa rotineira; no entanto, representa uma conquista significativa para indivíduos das classes sociais menos favorecidas. O Método Paulo Freire busca evidenciar o aluno como o protagonista do processo de aprendizagem, reconhecendo a bagagem cultural acumulada ao longo de sua vida. Nesse sentido, Paulo Freire (2023, p. 99) afirma: “Por isso a alfabetização não pode se fazer

⁷ Ceplar - História De Um Sonho Coletivo - Maria das Dores Paiva de O. Porto/ Iveline Lucena da Costa Lage (1995)



diversos impedimentos e reduzir o número de analfabetos no país. No entanto, não existe nenhum programa de incentivo que aborda diretamente as situações das mulheres na EJA.

Atualmente, a EJA não se limita apenas à alfabetização. De acordo com a LDB⁸ nº 9394/96, o objetivo dessa modalidade de ensino, estabelecida em 1996, é possibilitar a conclusão da Educação Básica para aqueles que não tiveram essa oportunidade no ensino regular. Assim, os estudantes têm acesso a uma formação abrangente, que vai além da mera alfabetização, oferecendo ensino durante a noite. Esta modalidade permite que os alunos finalizem o ensino básico em um período reduzido, adaptado às suas necessidades. A Constituição Federal Brasileira, no artigo 208⁹, assegura uma educação gratuita para aqueles que não concluíram o ensino regular. A EJA é composta por duas etapas: a primeira, referente ao Ensino Fundamental, destina-se a adolescentes a partir de 15 anos, e a segunda, voltada para o Ensino Médio, a jovens a partir de 18 anos. No Brasil, essa população é diversificada, incluindo desde jovens até idosos, com uma presença significativa de mulheres que muitas vezes provêm de contextos socioeconômicos desfavorecidos e enfrentam desafios que afetam sua frequência escolar.

Como foi destacado na V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos CONFINTEA, 1997:

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século 21; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (Declaração de Hamburgo, 1997)

No Brasil, o analfabetismo entre adultos continua a ser um problema significativo. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), cerca de 10 milhões de brasileiros adultos ainda não são alfabetizados. A Conferência mencionada destaca a necessidade da educação de adultos para criar uma sociedade mais igualitária, livre de exclusão educacional. O Parecer do CNE/CEB (2000, p. 08) reafirma:

E esta é uma das funções da escola democrática que, assentada no princípio da igualdade e da liberdade, é um serviço público. Por ser um serviço público, por ser direito de todos e dever do Estado, é obrigação deste último interferir no campo das desigualdades e, com maior razão no caso brasileiro, no terreno das hierarquias sociais, por meio de políticas públicas”.

⁸ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96

⁹ art. 208 : “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I- ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria”









FRASER, Nancy. **Justiça interrompida: Reflexões críticas sobre a condição" pós-socialista"**. Boitempo Editorial, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia e Mudança**. 50º ed. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 66º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo. Martins Fontes, 2013

KELLER, L.; BECKER, E. L. S. **A trajetória da educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista EJA em Debate, v. 9, n. 15, 2020.

LEITE, Sandra Fernandes. **O direito à Educação Básica para Jovens e Adultos da Modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal**. Editora CRV, 2013.

LIMA, Francisca Vieira; WIESE, Andréia Faxina; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. **As Mulheres da EJA: Do silenciamento de vozes à escuta humanizadora**. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, v. 30, n. 63, p. 131-150, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8º ed. Atlas, 2017.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

PORTO, Dorinha de Oliveira; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **Ceplar: história de um sonho coletivo**. João Pessoa: SEC, 1995.

SILVA, Michelle P.; INÁCIO FILHO, Geraldo. **Mulher e educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para a escola ou a escola do lar**. Recuperado de: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art14_15.pdf, 2007.

